

**INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL DE ALGUNS
JULGADOS NO TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS
E SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA,
COMO MINISTRO RELATOR.**

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Ação Acidentária – Cálculo de liquidação – Concordância das partes – Homologação – Recurso Especial interposto pelo Ministério Público – Conformando-se as partes com cálculo de liquidação, inexistente interesse, abstratamente considerado, para que o Ministério Público, como fiscal da lei, recorra da segurança homologatória (Desconhecimento) (T2) (STJ)</p>	<p align="center">RESP 4.343-SP</p>	<p align="center">15/10/90</p>
<p>Ação Acidentária – Desistência – Se não decorrido o prazo para a resposta, pode o autor, independentemente do consentimento do réu, ainda que antecipada a prova pericial, desistir da ação (Provimento) (T2) (STJ)</p>	<p align="center">RESP 5.489-SP</p>	<p align="center">31/10/90</p>
<p>Ação Anulatória de Débito – Programa de Integração Social – Empresas construtoras – É inviável a adoção de posições antagônicas, ou seja, antes e depois da Resolução do Banco Central, a estabelecer critérios diferenciados, ao arrepio da lei, para fixar as contribuições devidas ao PIS, a título de complementação das anteriormente recolhidas – Se o apelante tinha dúvida, em face da conclusão do <i>decisum</i>, quanto ao critério nele determinado para o cálculo da verba honorária, cabia-lhe opor embargos declaratórios, o que não fez – Aplicação do art. 535, I, do CPC (Desprovimento) (T6) (TFR)</p>	<p align="center">AC 77.673-RS</p>	<p align="center">06/09/82</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Ação Anulatória de Débito Fiscal – Concurso gratuito, de caráter cultural recreativo, em programa de televisão – Por ser desnecessária a autorização do Ministério do Fazenda, na espécie, a teor das normas legais, reforma-se a sentença de primeira instância e julga-se procedente a demanda anulando-se o auto de infração (Provimto) (T6) (TFR)</p>	<p align="center">AC 47.591-RJ</p>	<p align="center">09/11/81</p>
<p>Ação Anulatória de Débito Fiscal – Consórcio para aquisição de bens (chevete, volkswagen e TV a cores) – A autorização para esse tipo negocial, que é dada pelo Ministro da Fazenda, tendo, na espécie, determinado a área da atuação da autora, tomou legítimo o auto de infração e, conseqüentemente, devida a multa aplicada (Desprovimento) (T6) (TFR)</p>	<p align="center">AC 49.595-MT</p>	<p align="center">23/11/81</p>
<p>Ação Anulatória de Lançamento Fiscal – Mercadoria importada sob alíquota zero – Posterior exigência do fisco quanto ao pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados – Legitimidade da exigência fiscal – A regra legal não favorece a autora por não se tratar de mercadoria importada sob abrigo isencional – A alegada decadência do direito de constituição do crédito tributário restou incerta, porque não comprovada nos autos (Desprovimento) (T6) (TFR)</p>	<p align="center">AC 63.531-CE</p>	<p align="center">24/04/85</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Ação de Consignação em Pagamento – Parcelamento de débito fiscal sem aprovação da autoridade administrativa – Impossibilidade jurídica do pedido – Além de não se configurar na espécie, a denúncia espontânea prevista no artigo 138 do CTN, a petição inicial é inepta pois a lei não autoriza o exercício da ação judicial, sem a prévia submissão do caso ao Fisco (Desprovimento) (T6) (TFR)</p>	<p>AC 81.393-SP</p>	<p>24/10/84</p>
<p>Ação de Consignação em Pagamento – Sistema Financeiro da Habitação – Imóvel financiado pela Carteira Hipotecária da Caixa Econômica Federal – Prestações atrasadas – Reajuste – Correção monetária – Depósito – Direito do autor de continuar depositando, até o trânsito em julgado da decisão final, as prestações atrasadas, inclusive as vincendas – Agravos retidos providos – Preliminares de nulidade da sentença, por omissão ocorrente no relatório e falta de fundamentação, que se rejeitam – Correção monetária é devida, no caso, a partir de julho de cada ano, nunca alcançando, porém, as prestações não resgatadas no ano anterior (Provimento) (T6) (TFR)</p>	<p>AC 92.219-SP</p>	<p>18/12/85</p>
<p>Ação de Depósito – Bens objeto de penhora na Justiça Federal e arrematados na Justiça Trabalhista – Não é de se exigir do depositário a apresentação dos bens ou o equivalente em dinheiro, quando a coisa depositada foi entregue em cumprimento de ato judicial alheio à sua vontade (Desprovimento) (T6) (TFR)</p>	<p>AC 71.838-MG</p>	<p>24/04/85</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Ação Indenizatória – Erro médico – Complicações resultantes de pós-operatório – Sequelas irreparáveis que levaram a autora a ser indenizada pela incapacidade laborativa – Dano moral – Divergência jurisprudencial – Comprovação – Indenização a título de dano moral que se concede a ser apurada em liquidação, consoante postulado, com juros e correção monetária a partir do evento lesivo (Provimento parcial) (T2) (STJ)</p>	<p align="center">RESP 25.507-MG</p>	<p align="center">17/10/94</p>
<p>Ação Ordinária de Restituição – Imposto de importação e sobre produtos industrializados – Equipamentos cinematográficos – Não se pode negar à autora-apelante a restituição pleiteada, a pretexto de que deixara de observar condição secundária (embarque da mercadoria em navio nacional), que somente seria exigível se a importação tivesse sido feita sob o regime da isenção de que ela desfrutava e que, por exclusivo erro de interpretação do Fisco, não lhe foi reconhecida senão ulteriormente – Apelação provida em parte, para julgar procedente a ação, reduzindo-se a verba honorária e ajustando-se os juros moratórios às normas do CTN (Provimento parcial) (T6) (TFR)</p>	<p align="center">AC 107.126-RJ</p>	<p align="center">09/09/87</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Ação de Repetição do Indébito – Imposto de Importação e Imposto sobre Produtos Industrializados – Projeto aprovado pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial – Isenção verificada após o fato gerador – Correção monetária sobre o principal a ser restituído à autora, a partir de cada pagamento por ela efetuado – Juros moratórios a partir da citação feita a ré, e a esta carreados, integralmente, os ônus da sucumbência (Provimento parcial) (T6) (TFR)</p>	<p align="center">AC 58.166-RJ</p>	<p align="center">24/04/85</p>
<p>Ação Rescisória – Admissibilidade – Erro de fato – Ato administrativo viciado na motivação – Sua anulação – Rescinde-se acórdão que na apreciação da causa se distanciou do pedido, incidindo em erro de fato - Anula-se o ato punitivo disciplinar que decretou a demissão da autora, em face dos motivos dele constantes, inteiramente diversos da falta a ela atribuída (Procedente) (S1) (STJ)</p>	<p align="center">AR 147-RJ</p>	<p align="center">19/06/90</p>
<p>Ação Rescisória – Despacho saneador que considerou desnecessária a realização de perícia – Agravo Regimental – Ação ordinária de cobrança de prêmio da "Loto", julgada procedente em primeira instância, cuja sentença foi confirmada por acórdão do antigo TFR – A pretensão da autora de que se faça perícia no curso da rescisória, já que não realizada em primeiro grau, importaria, se acolhida, no rejuízo da causa ou no pré-julgamento da decisão rescindenda (Desprovimento) (S1) (STJ)</p>	<p align="center">AGAR 196-MG</p>	<p align="center">08/08/89</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Acidente do Trabalho – Prescrição – O prazo prescricional previsto na lei de acidente do trabalho, em se tratando de benefício de prestação continuada, não atinge a ação, que é de natureza imprescritível (Provimento) (T2) (STJ)</p>	<p align="center">RESP 11.299-PR</p>	<p align="center">29/11/93</p>
<p>Adicional de Tarifa Portuária – Incide apenas nas operações realizadas com mercadorias importadas ou exportadas, objeto do comércio de navegação de longo curso (Provimento parcial) (T2) (STJ)</p>	<p align="center">RESP 10.818-PA</p>	<p align="center">04/12/91</p>
<p>Administrativo – Direito aos quintos da Lei 6.732/79 – Correção monetária – Alegação de violação à mencionada norma, por ter sido pago o débito na via administrativa e não na judicial – Os vencimentos e vantagens do funcionalismo público têm natureza alimentar e constituem dívida de valor sujeitos, portanto, a correção monetária, reconhecida pela jurisprudência, mesmo antes do advento da Lei 6.899/81 (Improcedência) (S1) (STJ)</p>	<p align="center">AR 190-PR</p>	<p align="center">24/10/89</p>
<p>Advogado – Acesso ao recinto do cartório – Regulação por instrução da Corregedoria de Justiça – O ato impugnado, recomendando aos Escrivães o atendimento aos Advogados, única e exclusivamente, no balcão da serventia, não se reveste de nenhuma ilegalidade, porquanto não contém restrições ao pleno exercício das atividades dos profissionais do direito (Desprovimento) (T2) (STJ)</p>	<p align="center">REMS 416-MG</p>	<p align="center">20/02/91</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Advogado – Mero despacho que concede vista dos autos a advogado independe de publicação – Na hipótese, entre a data do pedido de vista e a do julgamento do <i>mandamus</i> transcorreram mais de seis meses e da publicação da pauta constou o nome do advogado, estabelecido nesta Capital, oportunidade em que poderia retirar os autos, se quisesse – Assim, a alegação de nulidade do julgamento esbarra nas disposições dos arts. 243, 244 e 245 <i>caput</i> do CPC (Desprovinimento) (S1) (STJ)</p>	<p align="center">AGMS 113-DF</p>	<p align="center">17/10/89</p>
<p>Advogado – Recurso – Prazo – Fluência – Greve dos empregados do setor de recorte da Associação – Não constitui motivo relevante para impedir o início da fluência do prazo recursal a greve dos empregados do setor do recorte da Associação dos Advogados, por isso que o conhecimento do ato judicial se dá pela simples publicação no órgão oficial – Aplicação do art. 236 do CPC (Provinimento) (T2) (STJ)</p>	<p align="center">RESP 14.993-SP</p>	<p align="center">1º/03/93</p>
<p>Anistia – Militar – Benefícios do art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988 – Induvidosa a conotação política do ato de cassação do impetrante, que não chegou a obter a anistia do Decreto Legislativo 18/61, há de se lhe reconhecer o direito aos benefícios advindos do art. 8º do ADCT (Concessão parcial) (S1) (STJ)</p>	<p align="center">MS 236-DF</p>	<p align="center">05/06/90</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Anistia – Militar expulso das fileiras da Aeronáutica com alegado suporte em legislação ordinária, pela prática de ato eminentemente político – Evidente desvio de finalidade a contaminar o ato expulsório – A Lei 6.683/79, no § 1º, do art. 1º, considera conexos “os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos praticados por motivação política” – Embora exacerbada a expressão “crime” para o caso, a amplitude dada na norma legal à conceituação do ato ensejador da expulsão do impetrante não dá margem a que se possa considerar como pena disciplinar a que lhe foi aplicada – Exegese da legislação conduzem a ilação lógica de que o postulante tem direitos decorrentes da anistia (Deferimento) (S1) (STJ)</p>	<p>MS 66-DF</p>	<p>05/09/89</p>
<p>Anistia – Oficial da Aeronáutica, posto na reserva por ato discricionário do Poder Executivo que, não tendo requerido a sua reversão ao Serviço Ativo, pretende, via de mandado de segurança, fazê-lo e ser promovido ao posto de Tenente-Coronel - Não é inconstitucional o art. 11 da Lei 6.683/79 – A anistia não tem o condão de, ultrapassando os limites em que é concedida, reprimir <i>status</i> que remonta ao tempo do ato punitivo, praticado por disposição institucional válida – Mandado de segurança indeferido, com ressalva às vias ordinárias (Indeferimento) (TP) (TFR)</p>	<p>MS 90.068-DF</p>	<p>20/11/80</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Arrematação – Preço vil – Irrisório que foi o valor da arrematação, correta se afigura a decisão que deixou de homologá-la, determinando, em consequência, a ida dos bens a nova hasta pública, após devidamente atualizada a avaliação – Justificável, portanto, o ato judicial impugnado, cuja fundamentação encontra respaldo na jurisprudência desta Corte (Desprovisamento) (T6) (TFR)</p>	<p align="center">AG 47.468-RS</p>	<p align="center">28/08/85</p>
<p>Banco – Horário de funcionamento – Fixação em desacordo com as recomendações do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central – A competência para fixá-lo está mencionada no art. 4º, VIII, da Lei 4.595/64 – Prevalência do interesse nacional sobre o local – Falece competência ao Município para dispor sobre o horário de funcionamento de Bancos (Provimento) (T2) (STJ)</p>	<p align="center">RESP 3.397-PR</p>	<p align="center">27/06/90</p>
<p>Cálculo de Liquidação – Homologação – Apelação – Não recebimento – O processo de conhecimento e o processo de execução constituem instâncias distintas – Apurado na liquidação valor superior à alçada prevista no art. 4º, da Lei 6.825/80, da respectiva sentença cabe apelação (Provimento) (T6) (TFR)</p>	<p align="center">AG 45.846-RJ</p>	<p align="center">17/10/84</p>
<p>Certidão Negativa de Débito – Parcelamento – Garantia – Se o contribuinte cumpre, regularmente, o parcelamento do débito, não pode a Administração recusar o fornecimento da Certidão Negativa de Débito, a pretexto da inexistência de garantia, posto que, ao deferir o parcelamento, não o exigiu (Desprovisamento) (T6) (TFR)</p>	<p align="center">AMS 104.060-SC</p>	<p align="center">17/10/84</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Concurso Público – Anulação – Sem observância ao devido processo legal, não poderiam os impetrantes, nomeados e empossados e em pleno estágio probatório, ser exonerados dos respectivos cargos, via decreto governamental consistente na anulação do concurso (Provimento) (T2) (STJ)</p>	REMS 214-MA	05/12/90
<p>Concurso Público – Magistratura – Limite de idade – Constituição do Estado do Rio de Janeiro – Ilegalidade do ato que indeferiu o pedido de inscrição do ora recorrente, fundado no art. 10º, letra c, do Regulamento do concurso, já que o mesmo, no último dia do prazo para inscrição, tinha 49 anos – É que, na época, a Constituição Estadual dava respaldo à pretensão do impetrante – Supervenientemente a Constituição Federal (Provimento) (T2) (STJ)</p>	REMS 697-RJ	04/02/91
<p>Competência – Ação de desapropriação promovida pela Petrobrás, com assistência da União Federal – O interesse jurídico da União a justificar a sua intervenção no feito tem assento no preceito constitucional que lhe reserva o monopólio, em todo território nacional – Competência da Justiça Federal (Provimento) (T6) (TFR)</p>	AG 47.223-ES	03/09/86
<p>Competência – Ação de repetição proposta contra concessionária de energia elétrica, objetivando valores recolhidos através de conta de luz – Inexistência de intervenção ou demonstração de interesse jurídico da União Federal – Competência da Justiça Comum Estadual (Conhecimento) (S1) (STJ)</p>	CC 959-RJ	31/05/90

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Competência – Ação visando anular multas impostas pelo DNER por infrações ao Código Nacional de Trânsito – Pode ser aforada no Juízo Federal da Capital do Estado em que for domiciliado o autor – Competência da Justiça Federal (Provimento) (T6) (TFR)</p>	<p>AG 40.940-SP</p>	<p>22/09/80</p>
<p>Competência – Execução Fiscal – Iniciada a ação de cobrança no Juízo em que eram, à época, residentes os executados, a sua mudança para outra localidade não desloca para a respectiva Comarca a competência jurisdicional – Competência da Justiça Federal (Procedência) (S2) (TFR)</p>	<p>CC 5.720-RS</p>	<p>17/04/84</p>
<p>Competência – Passaporte requerido por Diplomata aposentado – Preliminar de incompetência do STJ para julgar o pedido – No âmbito do Ministério das Relações Exteriores, a competência para apreciar pedido de expedição de passaporte é do Chefe da Divisão de Passaporte – Determinada a remessa dos autos à Justiça Federal para o julgamento da causa (Desconhecimento) (S1) (STJ)</p>	<p>MS 52-DF</p>	<p>27/06/89</p>
<p>Competência – Sindicato – Compete à Justiça Estadual processar e julgar as ações de cobrança de contribuições assistenciais, estabelecidas em convenções ou acordos coletivos não homologados pela Justiça do Trabalho (Improcedência parcial) (S1) (STJ)</p>	<p>CC 2.115-SP</p>	<p>20/08/91</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Competência – Usucapião especial – As ações de usucapião especial, em quaisquer circunstâncias, devem ser promovidas na comarca da situação do imóvel – Competência do Juízo Estadual (Conhecimento) (S2) (STJ)</p>	<p align="center">CC 146-PR</p>	<p align="center">28/06/89</p>
<p>Contribuições para o Funrural – Não é inconstitucional a exigência, pois a contribuição em causa não se identifica com o fato gerador do ICM – Como exportadora dos produtos, a firma executada não se exime de recolher o tributo (Desprovinamento) (T6) (TFR)</p>	<p align="center">AC 55.637-SP</p>	<p align="center">28/04/82</p>
<p>Contribuições Previdenciárias – Decadência – Quotas de salário-família e prêmios de assiduidade aos empregados, com habitualidade, pela empresa, por liberalidade, constituem gratificações integrantes da remuneração, sujeitando-se à incidência da contribuição previdenciária (art. 69, § 1º, da Lei Orgânica da Previdência Social, Lei 3.807/60) (Desprovinamento) (T6) (TFR)</p>	<p align="center">AC 43.966-MG</p>	<p align="center">02/12/81</p>
<p>Desapropriação – Área de terras consideradas de utilidade pública, por ser indispensável às obras na BR-116 – Indenização fixada com apoio no bem elaborado laudo do perito do Juízo – Não é indenizável a faixa <i>non aedificandi</i> – Juros compensatórios de 12% ao ano, cumulados com os moratórios – Redução da verba de honorários advocatícios, em face da simplicidade da causa, da substancial diferença entre os valores da oferta e da indenização (Provinamento parcial) (T6) (TFR)</p>	<p align="center">AC 77.350-SP</p>	<p align="center">28/06/82</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Desapropriação – Juros compensatórios e moratórios – Honorários de advogado – Devidos os juros compensatórios de 12% ao ano, contados a partir da data da ocupação do imóvel, data essa, aliás, indicada pelo próprio assistente técnico do expropriante – O termo inicial para a contagem dos juros moratórios não é o trânsito em julgado da sentença que apreciar a liquidação, mas o da decisão de mérito em primeira instância – (Súmula 70 do TFR) – Redução dos honorários advocatícios a 5% cumprido o enunciado da Súmula 71 do TFR (Provimento parcial) (T6) (TFR)</p>	<p align="center">AC 89.410-MG</p>	<p align="center">13/02/85</p>
<p>Desapropriação – Servidão de passagem – Linhas de transmissão – Percentual indenizatório – Dentre as propriedades atingidas pelo ato expropriatório, as mais afetadas com a servidão foram, evidentemente, contempladas com um percentual indenizatório maior, pelo perito oficial, não se justificando a sua redução com base no laudo do assistente-técnico, que optou por percentual único para todas as propriedades (Desprovimento) (T6) (TFR)</p>	<p align="center">AC 96.410-SP</p>	<p align="center">30/09/85</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Desapropriação Indireta - Posse - Indenizabilidade - Imprecisão quanto à localização da área - Extinção do processo - A posse, conquanto imaterial em sua conceituação, é um fato jurígeno, sinal exterior de propriedade, e, portanto, um bem jurídico, como tal suscetível de proteção - Daí porque a posse é indenizável, como todo e qualquer bem - A extinção do processo, sob fundamento de que a localização da área é imprecisa, reveste-se de extremo rigorismo, tanto mais porque não fora deferida ao autor a produção de provas que poderiam, se realizadas, precisar tal localização (Provimento) (T6) (TFR)</p>	<p align="center">AC 93.493-PR</p>	<p align="center">29/10/84</p>
<p>Embargos à Arrematação - Execução fiscal promovida pelo IAPAS - Transação entre o exequente e a executada, superveniente à penhora, tendo aquele requerido a suspensão do leilão - Recurso do arrematante, em face da rejeição dos embargos opostos - Confirma-se a decisão de primeiro grau, fundada nas premissas de que houve acordo das partes e o leilão resultou de equívoco - Devolução ao arrematante das despesas que efetuou (custas da arrematação e comissão do leiloeiro), pois a executada, intimada do leilão, deixou que o mesmo se realizasse (Desprovimento) (T6) (TFR)</p>	<p align="center">AC 94.391-MG</p>	<p align="center">11/12/85</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Embargos de Devedor – Inépcia da petição inicial – Tratando-se de ação incidental, aplicam-se aos embargos, tal como à execução, subsidiariamente, as disposições que regem o processo de conhecimento – Não é lícito ao embargante, depois da impugnação da embargada, alterar o pedido inicial (Desprovidimento) (T6) (TFR)</p>	<p align="center">AC 60.466-SP</p>	<p align="center">04/11/81</p>
<p>Embargos do Devedor – Verba honorária – Cancelamento – Se o embargante pagou o débito na via administrativa, sem dar conhecimento ao Juízo, há de cumprir a sentença proferida, suportando os ônus da verba de patrocínio (Desprovidimento) (T6) (TFR)</p>	<p align="center">AG 45.440-MG</p>	<p align="center">26/08/85</p>
<p>Enquadramento Sindical – Serviços de capatazias – Carregadores e ensacadores de café – Arrumadores – Área de atuação – Ilegalidade manifesta da Portaria 3.011/85, do Ministro de Estado do Trabalho, que restringiu a área de atuação dos arrumadores, ao amparo das normas legais disciplinadoras da sua respectiva atividade profissional (Concessão) (TP) (TFR)</p>	<p align="center">MS 107.246-DF</p>	<p align="center">26/06/86</p>
<p>Ensino Superior – Estudante – Aprovação em concurso vestibular para graduação em Engenharia Civil – Não apresentação, no ato da efetivação da matrícula, do certificado de conclusão de segundo grau – Indeferimento – Mandado de Segurança – Concessão – Apelação – Cassação da segurança (Provimento) (T2) (STJ)</p>	<p align="center">RESP 3.534-GO</p>	<p align="center">21/11/90</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Execução – Liquidação – Precatório – Complementação – Dívida de caráter alimentar – Tratando-se de dívida de valor, de caráter alimentar, qual seria a decorrente de vencimentos de funcionários públicos, a correção deve ser integral, plena sob pena de aviltamento do crédito (Desconhecimento) (T2) (STJ)</p>	<p>RESP 20.413-SP</p>	<p>18/05/92</p>
<p>Execução Fiscal – Embargos de Terceiros – Se, à data da penhora, o vínculo contratual que lhe servira de fonte já se achava extinto, conclui-se que a embargante não sucedeu à esposa do executado na aquisição dos direitos sobre o imóvel constrito – Inocorrência da alegada fraude (Desprovemento) (T6) (TFR)</p>	<p>AC 73.788-DF</p>	<p>14/12/81</p>
<p>Execução Fiscal – Imposto sobre Produtos Industrializados – A correção monetária incide sobre a multa fiscal – Os juros moratórios são devidos desde o vencimento do débito, incidindo sobre seu valor originário, e não a partir da citação – O encargo de 20% do Decreto-Lei 1.025/69 é sempre devido nas execuções fiscais da União e substitui, nos embargos, a condenação do devedor em honorários advocatícios (Provimento) (T6) (TFR)</p>	<p>AC 88.036-SP</p>	<p>12/11/84</p>
<p>Execução Fiscal – Leilão – Não tendo havido licitante na 1ª praça, impõe-se a entrega do bem a quem mais der, no leilão que se lhe segue, uma vez cumprida as formalidades legais antecedentes ao ato (Provimento) (T6) (TFR)</p>	<p>AG 40.833-SP</p>	<p>30/09/81</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Execução Hipotecária – Caixa Econômica Federal – São devidos honorários advocatícios, não obstante a incidência da multa contratual, nas execuções hipotecárias (art. 2º, III, da Lei 5.741/71) (Provimento) (T6) (TFR)</p>	<p align="center">AG 40.316-MG</p>	<p align="center">25/08/80</p>
<p>Execução Hipotecária – Embargos do devedor – Pretensão dos embargantes de utilização do FGTS no pagamento do débito – Confirma-se a sentença que julgou improcedentes os embargos, porquanto a providência de saldar a dívida com a disponibilidade do FGTS haverá de ser tomada pelos embargantes junto ao BNH, que não integra a relação processual (Desprovimento) (T6) (TFR)</p>	<p align="center">AC 86.244-RJ</p>	<p align="center">12/05/86</p>
<p>Execução Hipotecária – Penhora de apartamentos hipotecados à Caixa Econômica Federal, que foram entregues a terceiros, como depositários – Não podia o Juiz determinar a sustação dos mandados de desocupação, ao arrepio da norma legal acima indicada, que apenas sinala prazos distintos: 10 dias, se o imóvel estiver na posse do executado, e 30 dias, se na posse de terceiros (Provimento) (T6) (TFR)</p>	<p align="center">AG 47.279-MG</p>	<p align="center">25/06/86</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Execução Hipotecária – Vício de citação – Devedor sob interdição – Comprovada a falta de citação do executado-varão e determinado o processamento da respectiva interdição, reconhece-se a plena nulidade do feito – Nulidade da execução a partir da citação e de todo o processo de embargos até a sentença apelada, inclusive, a fim de que se proceda nova citação válida, reabrindo-se aos executados o prazo do art. 738, I, do CPC (Provimento) (T6) (TFR)</p>	<p>AC 71.190-RS</p>	<p>07/06/82</p>
<p>Execução por Título Extrajudicial – Embargos dos executados – Dívida hipotecária – Confirmase a sentença que conclui pela improcedência dos embargos, à consideração de que o embargante-varão, anteriormente ao contrato de mútuo com garantia hipotecária, já se achava incapacitado fisicamente, em licenças para tratamento de saúde, sucessivas, até a sua aposentadoria – O seguro, na espécie, exclui cobertura à invalidez permanente (Desprovimento) (T6) (TFR)</p>	<p>AC 84.306-BA</p>	<p>08/06/87</p>
<p>Exploração de Transporte Coletivo de Passageiros – Autorização – Ausência de contraditório – Hipótese em que, tachados que foram de insuficientes os serviços prestados pela concessionária-recorrente, deveria a autoridade impetrada proceder na forma do disposto no art. 6º, do Decreto Estadual 408/90, ouvindo a impetrante em 15 dias, com outros 30 para corrigir a deficiência antes de qualquer outra decisão ou medida administrativa (Provimento) (T2) (STJ)</p>	<p>REMS 1.591-TO</p>	<p>16/12/92</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – Enquanto a decadência do direito de constituir o crédito tributário se opera pelo decurso de cinco anos, contados do primeiro dia de exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado, expedida a notificação ao contribuinte para pagamento da dívida, antes de cumprido aquele prazo, não há falar-se em extinção do processo por esse motivo – <i>In casu</i>, consumou-se a prescrição, de vez que a execução fiscal somente foi ajuizada passados mais de dez anos da constituição definitiva do crédito tributário, sem causa interruptiva (Desprovimento) (T6) (TFR)</p>	<p align="center">AC 87.566-MG</p>	<p align="center">29/02/84</p>
<p>Funcionário Público – Acumulação de cargo público e emprego em fundação – Vedação constitucional superveniente – Aposentadoria – Extinção da acumulação – Aposentado, durante o curso da impetração, do cargo público que exercia e extinta, assim, a acumulação, concede-se ao impetrante a segurança para que fique no exercício do emprego junto à Fundação Pró-Memória (Deferimento) (S1) (STJ)</p>	<p align="center">MS 16-DF</p>	<p align="center">31/10/89</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Funcionário Público – Reintegração – Prescrição – Pagamento – Correção monetária – Em função da reintegração do funcionário às funções anteriormente ocupadas, os atrasados devem ser pagos corrigidos monetariamente – A correção monetária não é um plus, mas simples atualização da moeda, sendo devida em todas as obrigações – O lapso prescricional começa a fluir a partir do momento em que deveria ter sido adimplida a obrigação, sendo interrompido pelo cumprimento daquela, ainda que incompleto (Desprovimento) (T2) (STJ)</p>	<p>RESP 4.295-SP</p>	<p>07/02/94</p>
<p>Funcionário Público Estadual – Vantagem funcional – Recálculo de vencimentos com incidência dos adicionais por quinquênio sobre a sexta parte – Artigo 92, VIII, da Constituição Paulista – Prescrição – Fundo de direito – Inocorrência na hipótese da prescrição aludida, porquanto o direito postulado pelos autores esteve expressamente assegurado, no tempo, pela Constituição Paulista (Desconhecimento) (T2) (STJ)</p>	<p>RESP 1.044-SP</p>	<p>25/10/89</p>
<p>Guia de Importação – Com mais de 40 dias – Conhecimentos de transporte emitidos no prazo de validade de licença – Inexistente, <i>in casu</i>, a prova incontestável de que houve a entrega das mercadorias ao transportador, no momento da emissão do conhecimento de embarque, não há como aceitar a alegação da impetrante (Desprovimento) (T6) (TFR)</p>	<p>AMS 105.522-SC</p>	<p>31/03/86</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Importação – Amostra sem valor comercial – Biscoitos destinados a estudos – Teste de qualidade e de embalagem – Isenção tributária – Se a lei não estabelece um limite objetivo para que a amostra seja considerada sem valor comercial, tem-se que, no caso concreto, trinta e sete quilos de biscoitos é uma quantidade absolutamente compatível com a finalidade a que se destina (Desprovemento) (T6) (TFR)</p>	<p align="center">AMS 100.180-SP</p>	<p align="center">21/08/85</p>
<p>Importação – Embarque de mercadoria sem amparo de guia – Pena de perdimento – Legítima a aplicação da penalidade pelo embarque desamparado pela competente guia de importação – Ilegítima, entretanto, por inocorrência de dano ao erário, a eventual apreensão das mercadorias, para o fim da imposição da pena de seu perdimento (Desprovemento) (T6) (TFR)</p>	<p align="center">AMS 97.460-SP</p>	<p align="center">31/03/86</p>
<p>Importação – Mercadoria considerada abandonada por decurso de prazo – A aplicação da pena de perdimento dos bens importados está subsumida à prévia e regular instauração do processo fiscal, resguardando o direito de defesa, sem o que não se legitima aquela sanção (Desprovemento) (T6) (TFR)</p>	<p align="center">AMS 97.752-SP</p>	<p align="center">18/04/83</p>
<p>Importação – O valor da Taxa de Armazenagem deve ser calculado sobre a importância integral do imposto de importação, sendo irrelevante a redução concedida pelo Conselho de Política Aduaneira (Desprovemento) (T5) (TFR)</p>	<p align="center">AMS 86.580-SP</p>	<p align="center">28/03/83</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Imposto de Importação – Mercadoria avariada – Se a mercadoria foi importada com o benefício da isenção tributária, improcede a pretensão indenizatória do Fisco, visto que nenhum tributo deixou de ser recolhido em decorrência da avaria da mercadoria sofrida durante o transporte marítimo (Desprovimento) (T6) (TFR)</p>	<p align="center">AC 62.341-RJ</p>	<p align="center">07/11/84</p>
<p>Imposto sobre Circulação de Mercadorias – Fornecimento de alimentação e bebidas em bares, restaurantes e estabelecimentos similares – Não basta a lei dizer genericamente que a base de cálculo do ICM é o valor total da operação, compreendendo as mercadorias e os serviços – É preciso especificar uns e outros (Provimento parcial) (T2) (STJ)</p>	<p align="center">RESP 9.399-SP</p>	<p align="center">18/11/92</p>
<p>Imposto sobre Circulação de Mercadorias – Imunidade – Instituto do Açúcar e do Alcool – Os produtos que saem de destilaria do IAA, de uma para outra unidade territorial da Federação, estão imunes à incidência tributária – Aplicação do art. 19, inciso III, letra "a", da Constituição Federal (Desprovimento) (T6) (TFR)</p>	<p align="center">AC 35.293-AL</p>	<p align="center">30/03/81</p>
<p>Imposto sobre Circulação de Mercadorias – Não pode o Fisco apreender mercadoria para coagir a transportadora ao pagamento do tributo, sob o pretexto de evitar circulação irregular (Provimento) (T2) (STJ)</p>	<p align="center">RESP 5.934-RS</p>	<p align="center">20/05/91</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Imposto sobre Circulação de Mercadorias – Programa de Integração Social – Inclui-se na base de cálculo do PIS a parcela relativa ao ICM – Entendimento da Súmula 258 do extinto TFR (Desprovimento) (T1) (STJ)</p>	<p align="center">RESP 16.841-DF</p>	<p align="center">17/02/92</p>
<p>Imposto Predial e Territorial Urbano – Majoração – Inconstitucional e ilegal a majoração (não a simples atualização) do valor venal dos imóveis tributados por decreto do Poder Executivo – Não há confundir atualização do valor monetário da base de cálculo com a majoração da própria base de cálculo do imposto (Desprovimento) (T2) (STJ)</p>	<p align="center">RESP 11.266-CE</p>	<p align="center">05/02/92</p>
<p>Imposto sobre Produtos Industrializados – Embargos de terceiro – Manifesta a intempestividade dos que opôs o cônjuge-varão, diretor da executada e responsável substituto pelo pagamento do débito – Rejeitam-se, também, os ajuizados pelo cônjuge-comunheira, à falta de prova oportuna do casamento e respectivo regime de bem – O art. 3º, da Lei 4.121/62, não pode ser invocado para excluir a meação da mulher, em se tratando de dívida fiscal (Desprovimento) (T6) (TFR)</p>	<p align="center">AC 63.484-SP</p>	<p align="center">04/11/81</p>
<p>Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores – De acordo com o princípio da reserva legal, a majoração da base de cálculo do IPVA depende de lei – Ilegítimo o aumento do valor venal do veículo, mediante Resolução, em montante superior aos índices de correção monetária (Provimento) (T2) (STJ)</p>	<p align="center">REMS 3.733-RO</p>	<p align="center">15/03/95</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Imposto de Renda – Despesas de propaganda – Anúncios – Identificação do anunciante – Dedução – Sem identificação do anunciante são insuficientes, para dedução como despesas, os comprovantes emitidos por jornais como recibo de anúncios, mesmo que autenticados mecanicamente – É curial que a autoridade está investida do poder-dever de exigir que o contribuinte comprove, satisfatoriamente, a legitimidade das deduções declaradas, pois interpretação em sentido contrário conduziria à ilação absurda de ter a lei deixado aberto o caminho para a prática da fraude (Provimento) (T6) (TFR)</p>	<p align="center">AC 94.101-RJ</p>	<p align="center">11/11/85</p>
<p>Imposto de Renda – Impugnação ao lançamento rejeitada na via administrativa, por manifesta intempestividade – A alegação de não haver o impetrante recebido a notificação na data constante do “AR” demanda cuidadosa dilação probatória, incompatível com a natureza da ação mandamental – Ressalvando-se ao impetrante o direito às vias ordinárias (Desprovimento) (T6) (TFR)</p>	<p align="center">AMS 103.759-RJ</p>	<p align="center">21/11/84</p>
<p>Imposto de Renda – Pensão, de caráter indenizatório, paga pelo governo alemão ao <i>de cujus</i>, vítima de perseguição do nazismo – Intributabilidade (Provimento) (T6) (TFR)</p>	<p align="center">AC 49.894-PR</p>	<p align="center">25/11/81</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Imposto de Renda – Pessoa jurídica – Compensação antecipada do tributo retido na fonte, no exercício subsequente ao ano-base – Impossibilidade desse procedimento – Se o imposto foi pago, conforme demonstrou a perícia e o fisco admitiu, extintas as obrigações tributárias, subsistindo, porém, a multa aplicada à contribuinte embargante (Desprovisamento) (T6) (TFR)</p>	<p align="center">AC 84.726-CE</p>	<p align="center">11/12/85</p>
<p>Imposto sobre Serviço – Sociedade de profissionais liberais – Privilégio tributário – Não tendo os sócios habilitação para o pleno exercício das atividades da sociedade de profissionais liberais, esta não pode gozar das benesses do Decreto 406/68 (Provisamento) (T2) (STJ)</p>	<p align="center">RESP 4.673-SP</p>	<p align="center">18/05/94</p>
<p>Imposto Único sobre Minerais – O fornecimento de “solo brita”, em face dos contratos firmados e da natureza das obras realizadas, ao contrário do que sustenta a autora, descaracteriza a operação como isenta do Imposto Único sobre Minerais – Inexistência de cerceamento de defesa (Desprovisamento) (T6) (TFR)</p>	<p align="center">AC 76.160-BA</p>	<p align="center">24/04/85</p>
<p>Incapaz – A intervenção do Ministério Público é indispensável nos feitos que cuidem de interesse de incapaz – Tal intervenção torna-se obrigatória, a partir do momento previsto no inciso I do artigo 83 do CPC (Procedência parcial) (S1) (STJ)</p>	<p align="center">AR 99-MG</p>	<p align="center">29/05/90</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Licitação – Revogação – Desclassificação – A licitação é procedimento administrativo que tem por escopo seleção da proposta que melhor atenda aos interesses da Administração – Desclassificado o vencedor do procedimento licitatório, não está a Administração obrigada a firmar contrato de adjudicação com o segundo colocado (Desprovisamento) (T2) (STJ)</p>	<p align="center">REMS 103-SC</p>	<p align="center">05/10/94</p>
<p>Liquidação Extrajudicial – Instituição bancária – Valores depositados em conta corrente – Liberação – A liberação de valores depositados por correntistas em instituição bancária sob liquidação extrajudicial somente é viável após a ulitimação do procedimento previsto nos artigos 15 a 35 da Lei 6.024/74 (Provisamento) (T2) (STJ)</p>	<p align="center">RESP 39.959-RN</p>	<p align="center">06/12/93</p>
<p>Locação – O artigo 1º da Lei 6.239/75, restringindo drasticamente os direitos do proprietário, está a demandar interpretação que não leve a abarcar se não as estritas hipóteses que justificaram sua edição – Por estabelecimento de saúde, para os fins da lei, devem ser entendidos aqueles em que se faz internação, excluídos os utilizados apenas para consultas ou tratamento meramente ambulatorial (Desconhecimento) (T3) (STJ)</p>	<p align="center">RESP 1.147-RJ</p>	<p align="center">07/11/89</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Lucro Operacional – Mercadorias remetidas para demonstração – Devolução – Imposto sobre Circulação de Mercadorias – Inexistência, de lucro operacional, tendo em vista que as mercadorias remetidas o foram para demonstração, conserto ou simples remessa – Devolvidas e não adquiridas beneficia-se a embargante com o creditamento de ICM – Não havendo a transmissão jurídica ou econômica das mercadorias, não há falar-se em lucro operacional, para o fim de incidir Imposto de Renda (Provimento parcial) (T6) (TFR)</p>	<p align="center">REO 63.045-SP</p>	<p align="center">17/04/85</p>
<p>Mandado de Segurança – Alegação de decadência do direito de impetrar o remédio – Tratando-se de omissão da autoridade impetrada, que deixou de decidir pedido formulado na via administrativa pela impetrante, não há falar-se de decadência – Mercadorias despachadas com isenção de Imposto de Importação e Imposto sobre Produtos Industrializados – Direitos reconhecidos pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial (Desprovimento) (T6) (TFR)</p>	<p align="center">AMS 93.446-SP</p>	<p align="center">16/05/84</p>
<p>Mandado de Segurança – Atos administrativos – Provimento, por parte da autoridade impetrada, de recursos administrativos das empresas litisconsortes, autorizando-as a operar no ramo das transportadoras-revendedoras-retalhistas de óleo combustível na região Sorocaba-SP – Inexistentes os vícios alegados na impetração, pois praticados os atos <i>secundum legem</i>, denega-se a segurança (Indeferimento) (S1) (STJ)</p>	<p align="center">MS 113-DF</p>	<p align="center">12/09/89</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Mandado de Segurança – Ato Ministerial de destituição de membro efetivo da Junta de Recursos da Previdência Social – Uma vez publicada a Portaria de designação do impetrante como membro efetivo da Junta, na qualidade de representante dos segurados e com mandato de três anos, não podia a autoridade impetrada desfazer o ato, a pretexto da existência de erro material na publicação do anterior – O impetrante tomou posse e entrou imediatamente no exercício das suas funções - Inobservância das normas previstas nos arts. 186 e 189 da CLPS (Deferimento) (S1) (STJ)</p>	<p>MS 156-DF</p>	<p>29/08/89</p>
<p>Mandado de Segurança – Ato do Ministro do Exército – Extinção do Colégio Militar de Belo Horizonte-MG – Pretensão formulada por alunos para que seja mantido em funcionamento – Ausência de direito líquido e certo – Rejeitada a preliminar de intempestividade da impetração, no mérito o pedido improcede, tendo em vista a legalidade do ato praticado pela autoridade, que agiu no exercício de suas atribuições legais (Denegação) (S1) (STJ)</p>	<p>MS 112-DF</p>	<p>27/06/89</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Mandado de Segurança – Ato do Ministro da Justiça – Despachante – Proibição de sua atuação em Órgão Ministerial – Legalidade do ato praticado pela autoridade impetrada proibindo, preventiva e temporariamente, a presença de profissional no âmbito da repartição pública, até que se apure, nos inquéritos instaurados, a sua participação em fraude na obtenção de certificados de permanência de estrangeiros no Brasil – Ausência de direito líquido e certo (Indeferimento) (S1) (STJ)</p>	<p align="center">MS 345-DF</p>	<p align="center">26/06/90</p>
<p>Mandado de Segurança – Litisconsortes – Registro de sindicato – Carta sindical – Impugnação – A não manifestação dos litisconsortes passivos necessários impõe a denegação da segurança – Eis que a apontada ilegalidade postulada na impetração não ocorre, nem se revela direito líquido e certo a ser amparado pela via mandamental (Denegação) (S1) (STJ)</p>	<p align="center">MS 451-DF</p>	<p align="center">23/04/91</p>
<p>Manifesto de Mina - Alienação em processo falimentar – Registro feito regularmente no DNPM e posteriormente anulado pela Administração, sem forma ou figura de juízo – Ilegalidade que se reconhece, para corrigi-la – Feita a comprovação pré-constituída de que o ato administrativo desrespeitou decisões judiciais que deram amparo ao direito da impetrante, desde o nascedouro até o registro do manifesto de mina no órgão competente, não podia a Administração revogá-lo unilateralmente, a seu talante, sem malferir o princípio constitucional da independência e harmonia de poderes (Deferimento) (TP) (TFR)</p>	<p align="center">MS 104.829-DF</p>	<p align="center">22/11/84</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Medida Cautelar – Ajuizamento da ação principal – Incensurável o despacho atacado, pois a impugnação ao valor da causa é feita no prazo da contestação, nos termos do art. 261 do CPC – Em se tratando de simples medida cautelar, o seu valor é meramente estimativo, não podendo equiparar-se ao da causa principal (Desprovisamento) (T6) (TFR)</p>	<p align="center">AG 46.130-PE</p>	<p align="center">20/03/85</p>
<p>Meio Ambiente – Tráfego de ônibus – Produção de fumaça acima dos níveis toleráveis – Infração à legislação ambiental do Estado – Inexistência da alegada negativa de vigência ao art. 8º, inciso VI, da Lei 6.938/81, porquanto referido diploma legal, que fixa as diretrizes da Polícia Nacional do Meio Ambiente, não exclui a edição pelos Estados ou Municípios de normas e padrões que objetivem a regular situação regional, ou local, específica (Desprovisamento) (T2) (STJ)</p>	<p align="center">RESP 8.579-RJ</p>	<p align="center">26/06/91</p>
<p>Militar – Certidão – Tempo de serviço – Aposentadoria – Direito adquirido – O princípio jurídico do direito adquirido existe exatamente para garantir aos cidadãos atos praticados sob o império da lei que em determinado tempo lhes assegurava direitos que viessem a reclamar à época ou depois, dadas as circunstâncias e necessidades do seu uso, uma vez já posto à sua disposição desde quando consolidados e incorporados ao seu patrimônio (Indeferimento) (S1) (STJ)</p>	<p align="center">MS 836-DF</p>	<p align="center">10/12/91</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Militar – Corpo feminino da reserva da aeronáutica – Direito a permanecer as militares em atividade, cumpridas as formalidades previstas na legislação pertinente – Comprovado o preenchimento das exigências legais e regulamentares pela impetrante, não podia a autoridade impetrada desligá-las, sem a motivação exigida do respectivos atos – Diferenças entre ato discricionário e ato arbitrário (Deferimento) (S1) (STJ)</p>	<p>MS 539-DF</p>	<p>28/05/91</p>
<p>Militar – Exclusão da corporação – Ato disciplinar – Independência das Instâncias – As Instâncias Administrativa e Judicial são independentes, não havendo necessidade de prévia manifestação do Judiciário – O Juízo de conveniência e oportunidade em aplicar ato punitivo é da autoridade administrativa, submetendo-se ao Judiciário apenas o aspecto legal de tal procedimento (Provimento) (T2) (STJ)</p>	<p>RESP 2.027-RJ</p>	<p>02/03/94</p>
<p>Pena de Perdimento – Veículo transportador de mercadorias contrabandeadas – Não havendo prova em mancomunação do proprietário do automóvel com o seu condutor, único responsável pelo ilícito, é ilegal o ato administrativo que decretou a sua perda em favor da Fazenda Pública (Concessão) (TP) (TFR)</p>	<p>MS 95.312-DF</p>	<p>25/03/82</p>
<p>Penhora – Atualização monetária dos bens penhorados – É de todo conveniente que se proceda à atualização monetária do valor da avaliação, às vésperas da alienação, sob pena de enriquecimento sem causa de uma das partes (Desconhecimento) (T2) (STJ)</p>	<p>RESP 20.113-SP</p>	<p>09/11/94</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Perito – Honorários provisórios – Por força do aludido preceito legal, a Fazenda Pública fica desobrigada de depositar previamente a paga do perito, a ser feita pelo vencido, a final (Provimento) (T2) (STJ)</p>	<p>RESP 11.006-SP</p>	<p>17/06/91</p>
<p>Poder de Polícia – Casa de tolerância – Interdição – A casa de tolerância não se confunde com estabelecimento comercial – A interdição reclamada, proveniente de ato judicial, tem natureza administrativa – Trata-se, na hipótese dos autos, de prevenção, pelo exercício do poder de polícia, da prática de novos ilícitos – O ato que se pretende impugnar não padece da eiva de ilegalidade (Desprovimento) (T2) (STJ)</p>	<p>REMS 814-PA</p>	<p>05/05/93</p>
<p>Prazo Recursal – Flui a partir da intimação oficial da sentença ou decisão recorrível, podendo esta ser suprida pela ciência inequívoca daqueles atos, manifestada através de certidão ou carga dos autos para a parte (Provimento) (T2) (STJ)</p>	<p>RESP 57.754-GO</p>	<p>08/03/95</p>
<p>Previdência Social – Aquisição de imóveis em Brasília – Sendo o pagamento das prestações em trato sucessivo, mês a mês, não há falar-se em decadência do direito à impetração – A correção monetária não incide nas aquisições de unidades residenciais do INPS, quando a opção de compra tiver sido anterior à vigência do Decreto-Lei 19/66, sendo irrelevantes, em face da Lei 5.049/66, o valor ou a área do imóvel (Desprovimento) (T6) (TFR)</p>	<p>AMS 88.198-RJ</p>	<p>08/02/84</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Previdência Social – Contribuições previdenciárias – Empresa mineradora – Não se inclui no salário-contribuição parcela <i>in natura</i> concedida pela empresa a seus empregados a título de transporte, em decorrência de circunstâncias excepcionais (Desprovimento) (T6) (TFR)</p>	<p align="center">AC 88.960-MG</p>	<p align="center">17/04/85</p>
<p>Previdência Social – Tempo de serviço prestado por estagiário em escritório de advocacia – Reconhecimento – Contagem – Prova testemunhal – Prova material – Comprovada, na espécie, a impossibilidade de produzi-la, a carreada aos autos, documental e testemunhal, mesmo não sendo contemporânea a atividade exercida, cujo tempo se quer contar, é válida na hipótese, tanto mais pelas peculiaridades que o caso encerra, bem como pela certidão, que goza de fé pública (Provimento) (T2) (STJ)</p>	<p align="center">RESP 5.241-MG</p>	<p align="center">18/12/91</p>
<p>Processo – Anulação – Falta de intimação do patrono do acusado – Cerceamento de defesa – Não se caracterizando nenhum prejuízo à defesa e tendo esta sido exercida por defensor público, não há que falar-se em cerceamento de defesa como causa para nulidade processual (Desprovimento) (T5) (STJ)</p>	<p align="center">RHC 103-RJ</p>	<p align="center">07/08/89</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Processo – Efeito modificativo a embargos declaratórios – Divergência entre Turmas do STJ – Doutrina e jurisprudência têm admitido excepcionalmente, embargos declaratórios com efeitos infringentes, pois cada caso tem nuances e peculiaridades próprias – Por isso é necessário que a divergência seja demonstrada analiticamente, com a identidade das circunstâncias e a similitude dos casos, o que não ocorreu na espécie (Desconhecimento) (CE) (STJ)</p>	<p align="center">EDRESP 13.501-SP</p>	<p align="center">01/06/92</p>
<p>Processo – Embargos do devedor – O prazo para que sejam opostos, quando o executado é casado e a penhora recai em bem imóvel, só começa a fluir após a regular citação e intimação do cônjuge mulher (Provimento) (T6) (TFR)</p>	<p align="center">AC 99.046-MG</p>	<p align="center">11/12/85</p>
<p>Processo – Liminar nos autos de conflito de competência – Agravo regimental – Compete ao Relator do Conflito e não aos agravantes dizer, em despacho provisoriamente proferido em face da urgência da questão suscitada, qual a autoridade judiciária competente para a prática dos atos subseqüentes do processo – Toda liminar tem natureza provisória e visa, apenas, atender a possíveis situações emergenciais (Desprovimento) (S1) (STJ)</p>	<p align="center">AGCC 2.302-MG</p>	<p align="center">11/10/91</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Propriedade Industrial – Marcas “Menina” – Nominativa e figurativa – Ação visando à anulação dos atos administrativos indeferitórios da averbação e transferência dos respectivos pedidos de registro – Não tendo a titular do pedido, como objeto social, o exigido para obtenção do registro, falece direito à autora para pleitear a anulação dos atos administrativos pertinentes à espécie (Desprovisamento) (T6) (TFR)</p>	<p align="center">AC 96.818-RJ</p>	<p align="center">09/12/85</p>
<p>Propriedade Industrial – Registro de marca “Dura Plus”, distintiva de artigos de vestuário em geral – Considerando viável e deferido o registro sem oposição de terceiro e com o pagamento da retribuição devida, não podia o INPI anulá-lo discricionariamente (Desprovisamento) (T6) (TFR)</p>	<p align="center">AMS 95.624-RJ</p>	<p align="center">25/08/82</p>
<p>Propriedade Industrial – Registro de Marca “Poly-Selo”, para identificar selos de chumbo ou de lata e selos para marcar – O CPI, arts. 64 e 65, inciso 20, não oferece obstáculo à registrabilidade da aludida marca, antes a admite (Desprovisamento) (T6) (TFR)</p>	<p align="center">AMS 80.338-RJ</p>	<p align="center">17/09/80</p>
<p>Queixa-Crime – Contra Governador de Estado – Crime de difamação – Entrevista concedida à Revista Veja – Artigo 21, Lei de Imprensa – Preliminares de irregularidade na representação da querelante e de inépcia da inicial que se repelem – Rejeição da queixa-crime, por ausência de justa causa (Rejeição) (CE) (STJ)</p>	<p align="center">APN 20-PR</p>	<p align="center">13/09/96</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Quotas de Previdência – Autarquia Municipal – Não é inconstitucional a cobrança ao Município e suas autarquias – O princípio da imunidade tributária recíproca incide quanto a impostos e não abrange taxas cobradas diretamente do público (Desprovimento) (T6) (TFR)</p>	<p align="center">AC 56.547-SP</p>	<p align="center">24/03/82</p>
<p>Responsabilidade pelo Recolhimento dos Tributos – Os dirigentes das sociedades respondem, na qualidade de responsáveis por substituição, pelos tributos, cuja aplicação do produto, em fins diversos do seu recolhimento aos cofres públicos, constitua, em tese, crime de apropriação indébita, e portanto, ato praticado com violação da lei – Esta responsabilidade tem sido igualmente admitida no caso de a sociedade não ter sido regularmente dissolvida e de não terem sido encontrados bens da sua propriedade, nada esclarecendo o seu dirigente a respeito (Provimento) (T4) (TFR)</p>	<p align="center">AG 45.314-SP</p>	<p align="center">11/06/84</p>
<p>Responsabilidade do Sócio-Gerente – Sociedade por Quota de Responsabilidade Limitada – Não é dado ao Juiz indeferir, de plano, pedido do exequente, de penhora em bens de sócio, se não foram encontrados bens da sociedade executada – O que se torna exigível é a prova do exercício da gerência pelo sócio, como condição prévia autorizadora do ato construtivo (Provimento) (T6) (TFR)</p>	<p align="center">AG 43.900-RS</p>	<p align="center">28/09/83</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Responsabilidade do Transportador – Isenção do Imposto de Importação – Havendo avaria ou extravio, exime-se o importador do pagamento dos tributos aduaneiros – Apurados os danos, em procedimento regular, na forma prevista no regulamento, caberá ao responsável indenizar a Fazenda Nacional do valor dos tributos que, em consequência, deixarem de ser pagos – No caso de importação isenta de tributos, não há que se falar em responsabilidade do transportador, porque nada haveria que indenizar (Embargos – rejeição) (S2) (TFR)</p>	<p align="center">EAC 71.358-RJ</p>	<p align="center">19/11/85</p>
<p>Serviço de Radiodifusão – Descumprimento reiterado, pela Concessionária, de exigências legais – Legitimidade do ato que declarou perempta a concessão do aludido serviço – Aplicação da Lei 4.117/62 (Código Brasileiro de Telecomunicações) – Inexistência de direito líquido e certo a ser amparado via do remédio heróico (Denegação) (TP) (TFR)</p>	<p align="center">MS 116.691-DF</p>	<p align="center">03/09/87</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Serventia Extrajudicial – Remoção por permuta entre escrivã distrital de Ofício de Cartório de Imóveis, respectivamente filha e pai – Lei de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná – Ato condicionado à existência do interesse da Justiça – Ainda que a expressão "interesse da Justiça" tenha um sentido bastante abrangente, nela não se compreende o nepotismo, a simulação e a imoralidade – <i>In casu</i>, o ato de remoção não condiz com o interesse da Justiça, como exigido na Lei de Organização Judiciária do Estado, nem com o princípio da legalidade, da impessoalidade e da moralidade, mas com os interesses pessoais dos envolvidos (Provimento) (T2) (STJ)</p>	<p align="center">REMS 1.751-PR</p>	<p align="center">27/04/94</p>
<p>Servidor Público – Readmissão – Assistente social – Servidor concursado, nomeado e empossado em cargo público, que pede dispensa do mesmo porque não conseguiu relação em outro posto de trabalho mais próximo de sua residência, não tem direito a ser readmitido, após a abertura de novo processo seletivo, sob a alegação de existência de vaga em localidade de seu interesse – Além do mais, readmissão não é forma de provimento em cargo público (Desprovimento) (T2) (STJ)</p>	<p align="center">REMS 1.327-SP</p>	<p align="center">19/04/93</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Sindicatos – A impugnação de registros já concedidos não prescinde da verificação, pela autoridade coatora, da existência ou não de mais de uma organização sindical na mesma base territorial – É obrigação legal do Órgão detentor do arquivo de registros de sindicatos fiscalizar o cumprimento do preceito constitucional (Deferimento) (S1) (STJ)</p>	<p align="center">MS 478-DF</p>	<p align="center">21/05/91</p>
<p>Sindicatos – Inobstante a separação dos sindicatos da esfera de intervenção do Ministério do Trabalho, a contribuição sindical foi preservada pela nova Constituição Federal, pelo que remanesce o seu disciplinamento pela CLT – Os recursos da "Conta Especial Emprego e Salário" composta do percentual de 20% do valor descontado do trabalhador sindicalizado, a título de contribuição sindical, permanecem sob o controle do Ministério do Trabalho, que lhes dará o emprego determinado por lei (Indeferimento) (S1) (STJ)</p>	<p align="center">MS 228-DF</p>	<p align="center">13/03/90</p>
<p>Sindicatos – Unicidade sindical – Base territorial – Categoria profissional – Servidores públicos – Regime jurídico – Por força dos citados dispositivos legais, não se pode admitir haja categoria diferenciada dentro dos servidores públicos de um mesmo município, máxime quando o suporte dessa diferenciação está no regime jurídico de seus membros – Por categoria econômica ou profissional entendeu-se a associação de todos os que detêm solidariedade de interesses econômicos, empreendem atividades ou profissionais similares ou conexas (Provimento) (T2) (STJ)</p>	<p align="center">RESP 30.556-SP</p>	<p align="center">08/06/94</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Sociedade Civil sem Fins Lucrativos – Isenção reconhecida quanto ao Imposto de Renda, pouco importando o destino dos seus bens, previstos para a eventualidade de sua dissolução (Desprovimento) (T6) (TFR)</p>	<p align="center">AMS 84.359-SP</p>	<p align="center">20/03/85</p>
<p>Sociedade por Quotas – A responsabilidade pessoal do sócio-gerente, por omissão de providência legal, não solidariza a meação de sua mulher (Rejeição – Embargos) (S2) (TFR)</p>	<p align="center">EAC 42.077-PR</p>	<p align="center">09/12/80</p>
<p>Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada – Responsabilidade do Sócio-Gerente – Não é dado ao Juiz indeferir, de plano, pedido do exequente, de penhora em bens de sócio, se não foram encontrados bens da sociedade executada – O que se toma exigível é a prova do exercício da gerência pelo sócio, como condição prévia autorizadora do ato constitutivo (Provimento) (T6) (TFR)</p>	<p align="center">AG 43.209-SP</p>	<p align="center">22/06/83</p>
<p>Transporte Marítimo – Mercadoria a granel – Falta – Responsabilidade do transportador – Sentença que julgou procedente ação anulatória de crédito tributário decorrente de imposto de importação incidente sobre mercadoria desembarcada a menos do que o constante do manifesto marítimo – Sua reforma, posto que as diferenças, para mais ou menos, no peso ou volume manifestado dentro dos limites legais toleráveis, afasta, quando muito, a multa, mas não o tributo (Provimento) (T6) (TFR)</p>	<p align="center">AC 85.378-RJ</p>	<p align="center">07/11/84</p>